

PLANO DE TRABALHO

Nº 0070/CONV/2022

I - DADOS CADASTRAIS:

Entidade Convenente (Proponente) Município de Inajá		CNPJ/MF 76.970.318/0001-67	
Endereço Avenida Antônio Veiga Martins , 80'	Município Inajá	CEP 87.670-000	Telefone (44) 3440-1185
Endereço Eletrônico (e-mail) prefeitura@inaja.pr.gov.br			
Nome do Responsável CLEBER GERALDO DA SILVA			
RG 7.580.647-7	CPF 037.233.919-07	Cargo Prefeito Municipal	

Entidade Convenente Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR		CNPJ/MF 76.592.807/0001-22		
Endereço Av. Mal Humberto de Alencar Castelo Branco, 800	Município Curitiba	UF PR	CEP 82.530-195	Telefone (41) 3312-5700
Web site www.cohapar.pr.gov.br		Endereço Eletrônico (e-mail) cohapar@cohapar.pr.gov.br		
Nome do Responsável JORGE LUIZ LANGE				
RG 1.495.673-5	CPF 336.537.719-00	Cargo Diretor-Presidente		
Nome do Responsável ANDRÉ VINICIUS BUENO				
RG 6.313.578-0 SSPPR	CPF 003.582.089-63	Cargo Diretor Obras		

II – INTRODUÇÃO

O programa Minha Casa Minha Vida – Sub 50, alterado para Programa Casa Verde e Amarela, tem por objetivo apoiar Estados e Municípios no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que facilitem o acesso à moradia digna, em áreas urbanas, voltadas ao atendimento de beneficiários com renda bruta familiar de até R\$. 1.600,00 (mil e seiscentos reais), em municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) incluiu procedimento de oferta pública de recursos a instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e a agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), de modo a operacionalizar a subvenção econômica do programa a beneficiários em municípios de pequeno porte, ou seja, com população de até 50 mil habitantes.

Para o Município de Inajá, as famílias contrataram a Empresa Souza & Souza Construção Civil Ltda para a execução das obras. Porém a Empresa não concluiu a obra, cabendo a COHAPAR as medidas necessárias para a conclusão das mesmas

III – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

OBJETO:

Constitui objeto do presente o repasse, pelo Agente Financeiro COHAPAR, de recursos de subvenção econômica, para complementação do valor de produção de unidades habitacionais, conforme projeto apresentado, destinados a beneficiários com renda familiar bruta mensal limitada a R\$. 1.600,00 (mil e seiscentos reais), observados os padrões de edificação e os limites do valor de subvenção, estabelecidos na legislação de regência do PMCMV para municípios com população de até 50,000 (cinquenta mil) habitantes.

A conjugação de esforços visa a melhoria das condições habitacionais, mediante a implementação de empreendimento habitacional e neste caso em especial, a conclusão de unidades habitacionais no Município de Inajá, com a conclusão de 38 (trinta e oito) unidades habitacionais, localizadas no Município de Inajá, cujos beneficiários foram validados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, antigo Ministério das Cidades.

JUSTIFICATIVA:

As habitações visam atender as necessidades de moradias da população de baixa renda, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade.

Considerando que as unidades habitacionais se encontram não concluídas com 90,89% de execução de obras em média, e embora não concluídas se encontram habitadas, fato este que dificulta encontrarmos uma empresa que se mostre interessada em concluir esta obra.

Conforme norma do programa coube aos beneficiários, através da Comissão de Acompanhamento de Obra (CAO), a responsabilidade de contratação de empresa para execução das unidades habitacionais, cabendo ao Agente Financeiro, em caso de não conclusão ou abandono de obra, adotar as medidas necessárias para a conclusão das Unidades Habitacionais;

Existe um compromisso formal assumido pela COHAPAR, perante o Ministério do Desenvolvimento Regional em concluir as unidades habitacionais até Fevereiro de 2023.

Caso as unidades não sejam concluídas no prazo estabelecido, o total dos recursos já recebidos do Ministério do Desenvolvimento Regional, terão de ser devolvidos atualizados monetariamente, independente do percentual de obra já executado.

O convênio com repasse de recursos ao Município para a conclusão das obras foi a medida mais rápida e econômica a ser adotada, para se finalizar a obra e prestar contas junto o Governo Federal.

IV - METAS QUANTITATIVAS

O projeto trará como resultado quantitativo a produção/ conclusão de 38 (trinta e oito) unidades habitacionais, com 40,99 m², aos beneficiários aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, através da parceria entre a COHAPAR e o Município.

Todas as unidades habitacionais terão no mínimo 3 (três) quartos, banheiro, sala/cozinha e 1 (uma) porta externa.

V - METAS QUALITATIVAS

- a) Promover a inclusão social e redução das desigualdades e da vulnerabilidade social das 38 (trinta e oito) famílias beneficiadas;
- b) Promover a melhoria da qualidade de vida destas famílias;
- c) Propiciar moradias de qualidade, destinadas às famílias a serem beneficiadas, com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade,
- d) Gerar empregos diretos e indiretos com a produção/conclusão do empreendimento;
- e) Promover desenvolvimento regional com a movimentação do comércio local através de todas as fases de execução do objeto.

VI – METAS / ETAPAS

METAS
1. Viabilizar a conclusão de 38 (trinta e oito) unidades habitacionais, com no mínimo 40,99 m ² .

ETAPAS – CRONOGRAMA		
Atividades	Responsável	Prazo
1. Projetos de engenharia e arquitetura de implantação e das unidades habitacionais		
1.1. Providenciar projetos arquitetônicos e complementares das unidades habitacionais, de implantação das unidades e outros que se fizerem necessários ao Município para a conclusão das unidades.	COHA PAR	Na assinatura do convênio
2. Seleção e contratação de empresa para produção do empreendimento		
Viabilizar a conclusão das unidades habitacionais e a aquisição de materiais através de procedimento licitatório, quando for o caso.	Município	Após a assinatura do convênio
3. Implantação do empreendimento		
3.1. Execução da obra	Município	Até 10 (dez) meses após a assinatura do Convênio
3.2. Fiscalização e medição dos serviços executados	COHA PAR	Durante o período de execução da obra
3.3. Acompanhamento da execução da obra para fins de liberação das parcelas	COHA PAR	Mensalmente durante o período de execução da obra
3.4. Recebimento provisório e definitivo das obras executadas	COHA PAR	Até 1 (um) mes após a conclusão da obra
4. Repasse dos recursos		
4.1. Repasse dos recursos para o município	Cohapar	Em até 30 dias após a solicitação pelo Município e conforme medição da obra.
5. Trabalho Social		
5.1. Trabalho Social desenvolvido com as famílias	Município	Durante a execução da obra e pós ocupação
7. Entrega das unidades habitacionais		

7.1. Entrega das unidades habitacionais para as famílias beneficiárias, com Termo de recebimento assinado pelo Beneficiário	Município/ Cohapar	Após o recebimento da unidade habitacional
---	-----------------------	--

VII – ATRIBUIÇÕES DA COHAPAR:

7.1 Disponibilizar ao Município os projetos, memórias de especificações, orçamentos e quantitativos de materiais e serviços;

7.2 Aferir o cumprimento das Normas e legislação vigentes, com relação ao Programa Minha Casa Minha Vida – SUB 50;

7.3 Verificar o atendimento de soluções de esgoto, infraestrutura, e abastecimento de água e energia;

7.4 Realizar o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento do objeto do presente convênio através do Engenheiro Fiscal, devidamente nomeado para este fim, por meio de análise, de relatórios, aferição das medições, através de diligências e visitas *in loco*, comunicando ao MUNICÍPIO quaisquer irregularidades, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

7.5 Notificar ao MUNICÍPIO, quando constatada demora na execução do objeto, e adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à regularização da situação;

7.6 Conferir as medições mensais da obra realizadas pelo Município, encaminhando relatório próprio, de imediato, à COHAPAR, aos cuidados do Escritório Regional de Maringá - ERMA;

7.7 Exigir do MUNICÍPIO a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a liberação das parcelas dos recursos;

7.8 Providenciar a liberação dos recursos ao Município, de acordo com o cronograma de desembolso e com as etapas ou fases de execução do objeto, previstos no Plano de Trabalho, desde que executadas;

7.9 Apoiar o Município na realização do Trabalho Social;

7.10 Emitir Termo de Conclusão atestando o término deste Convênio, o qual está condicionado ao atingimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho;

7.11 Alimentar e atualizar as informações no Sistema Integrado de Transferências – SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

7.12 Encaminhar o processo de prestação de contas dos recursos repassados ao TCE/PR;

7.13 Analisar e aprovar as prestações de contas para a Administração Pública, parciais e final, dos recursos aplicados na consecução do objeto deste convênio;

7.14 Notificar ao Município, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial;

7.15 Receber a obra mediante Termo de Recebimento Provisório e Definitivo, na forma da lei, devidamente circunstanciados e assinados pelas partes;

7.16 Zelar pelo cumprimento do objeto do convênio.

VIII – ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO:

8.1 Atender ao art. 5º da Lei nº 20.394/2.020, que assegura que os imóveis produzidos deverão dispor obrigatoriamente de soluções de esgoto, infraestrutura, e abastecimento de água e energia;

8.2 Atender a NBR 15.575;

8.3 Providenciar a lei municipal de autorização da celebração deste Convênio, quando for o caso;

8.4 Cumprir rigorosamente os prazos e as metas em conformidade com o Plano de Trabalho, as exigências legais aplicáveis, além das disposições deste Convênio, adotando todas as medidas necessárias à sua correta execução;

8.5 Aplicar os recursos que serão repassados pela Cohapar, integralmente, na conclusão das unidades habitacionais;

8.6 Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

8.7 Manter, durante a execução do objeto deste Convênio, todos os requisitos exigidos para sua celebração;

8.8 Manter atualizada a escrituração contábil relativa à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e de avaliação dos recursos obtidos;

8.9 Prestar à COHAPAR, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a execução do objeto deste Convênio e a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força deste Convênio;

8.10 Franquear aos agentes da Administração Pública livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

8.11 Facilitar à COHAPAR todos os meios e condições necessários ao controle, supervisão e acompanhamento, inclusive, permitindo-lhes efetuar inspeções *in loco* e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio;

8.12 Informar com 07 (sete) dias de antecedência, por escrito, ao fiscal deste convênio, a data de início das obras;

8.13 Executar, diretamente ou por meio de empresa por ele contratada, à conclusão da obra objeto deste Convênio, bem como indicar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, devidamente habilitado, com apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

8.14 Realizar, com apoio da Cohapar, o Trabalho Social com as famílias selecionadas, considerando que as unidades habitacionais encontram-se ocupadas/habitadas pelos beneficiários;

8.15 Garantir a participação da COHAPAR em qualquer evento de promoção e/ou divulgação do empreendimento;

8.16 Entregar, até o quinto dia útil do mês subsequente, no Escritório Regional de Maringá da COHAPAR ao fiscal do Convênio, uma cópia da medição devidamente assinada pelo engenheiro fiscal indicado pelo Município;

8.17 Previamente a cada repasse de recursos, apresentar à COHAPAR prova de regularidade com a Fazenda Nacional, incluindo prova de regularidade relativa à Seguridade Social, com a Fazenda Estadual, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Liberatória junto ao Tribunal de Contas do Estado, Certidão Negativa para Transferências Voluntárias da SEFA e consulta ao CADIN;

8.18 Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este convênio em conta específica, a qual deverá ser aberta na instituição financeira contratada pelo Estado do Paraná, conforme Decreto Estadual nº 4.505/2016 e a Resolução SEFA nº 1.212/2016 inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, em conformidade com o Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto;

8.19 Providenciar Termo de Recebimento Definitivo, na forma da lei, assinados pelas partes (Município, COHAPAR e Beneficiário), os quais deverão ser encaminhados ao fiscal do Convênio;

8.20 Observar, quando da contratação de terceiros vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei n.º 8.666/1993 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos;

8.21 Responsabilizar-se, de forma exclusiva, nas esferas civil, penal e administrativa pela execução do objeto deste Convênio, em especial pela realização dos serviços e insumos necessários à conclusão das unidades habitacionais;

8.22 Responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste Convênio, não implicando responsabilidade direta, solidária ou subsidiária da Cohapar a inadimplência do Município em relação aos referidos pagamentos;

8.23 Informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme a Resolução nº 028/2011 e Instrução

Normativa nº 61/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

8.24 Cumprir integralmente as Resoluções n.º 04/2006 e n.º 28/2011, bem como a Instrução Normativa n.º 61/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

8.25 Efetuar as prestações de contas parciais e final para a Administração Pública, na forma estabelecida neste Convênio;

8.26 Efetuar as prestações de contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências, conforme Resolução n.º 28/2011, alterada pela Resolução n.º 46/2014, e Instrução Normativa n.º 61/2011, todas desse órgão de controle;

8.27 Instaurar processo administrativo para apuração de irregularidades, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatada irregularidade na execução deste Convênio, comunicando tal fato à COHAPAR;

8.28 Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar ao Ministério Público;

8.29 Restituir à COHAPAR o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável aos débitos junto à Fazenda Estadual:

- a. quando não for executado o objeto deste instrumento;
- b. quando não forem apresentadas as prestações de contas no prazo estabelecido;
- c. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

8.30 Restituir à COHAPAR, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão do objeto, denúncia, rescisão ou extinção deste convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, devidamente atualizados, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela autoridade competente da COHAPAR;

8.31 Manter, para fins de controle e fiscalização, a guarda dos documentos originais relativos à execução deste Convênio, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final;

IX - DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1 Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, que totalizam a quantia de R\$ 410.409,80 (quatrocentos e dez mil, quatrocentos e nove reais e oitenta centavos), serão alocados de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

9.1.1 O valor que será repassado pela COHAPAR: R\$ 410.409,80 (quatrocentos e dez mil, quatrocentos e nove reais e oitenta centavos), a despesa poderá ocorrer à conta da dotação orçamentária 6774.16482106.491 – Gestão Administrativa COHAPAR, Natureza de Despesas 4440.4201 – Transferências a Municípios – Auxílios a Municípios, na Fonte 284 – Outros Convênios/Outras Transferências.

9.2 Os recursos de responsabilidade da COHAPAR serão aportados através de depósito bancário, em conta específica, em conformidade com o cronograma físico e financeiro e liberados conforme a execução dos serviços;

9.3 Os valores previstos neste instrumento não poderão ser aumentados.

X - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

10.1. CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO

MÊS	Previsto Mensal		Acumulado	
	% execução	valor R\$	% execução	valor R\$
1º	0	0,00	0	0,00
2º	0	0,00	0	0,00
3º	20	82.081,9	20	82.081,9
4º	16	65.665,5	36	147.747,5
5º	16	65.665,5	52	213.413,09
6º	16	65.665,5	68	279.078,66
7º	16	65.665,5	84	344.744,23
8º	16	65.665,5	100	410.409,80

10.2. Para fins de liberação de recursos ao Município será utilizada a planilha abaixo para medição dos serviços executados.

MEDIÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

Nº Total de uds (a) =	38
Valor total (b) =	410.409,80

tem	etapas	% (c)	subt otal
	Esquadrias	4,72	19.35 2,81
	Coberturas e proteções	19,46	79.85 4,06
	Revestimentos, forros e pintura	23,35	95.84 0,35
	Pavimentações	9,36	38.44 2,88
	Instalações Elétrica	8,54	35.04 7,38
	Instalações Hidráulica	32,36	132.8 08,71
0	Complementação da Obra	2,21	9.063 ,61
	Total	100,00	410.4 09,80

XI – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A gestão quanto ao cumprimento do disposto no presente convênio será realizada pela COHAPAR, na pessoa do Sr. Djalma Timoteo Silva, e a fiscalização pelo engenheiro civil Dante Magalhães lotado no Escritório Regional de Maringá, que o fará através de relatórios, medições, inspeções, visitas e/ou atestados da satisfatória realização do objeto do convênio, a cada 01 (um) mês.

XII - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1 O prazo para a execução deste Convênio é de 08 (oito) meses, contados da data da publicação do extrato, deste Convênio, no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado, nos termos da lei, mediante termo aditivo.

12.2 O prazo de vigência deste Convênio inicia-se na data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado e encerra-se 60 (sessenta) dias após a conclusão do prazo de execução, podendo ser prorrogado, nos termos da lei, mediante termo aditivo.

12.3 A prorrogação do prazo de execução deverá ser solicitada pelo MUNICÍPIO, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu encerramento, com as razões que justifiquem a não execução do objeto no prazo pactuado, desde que aceitas pela COHAPAR, e deverá ser formalizada por termo aditivo.

Termo Aditivo (1º) ao Convênio nº 070/CONV/2022 – Plano de Trabalho – Página 11 de 11

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas, termos e condições deste instrumento, assinam o presente juntamente com as testemunhas, para que surta seus efeitos legais.

Curitiba, datado e assinado na forma digital.

Pela COHAPAR

PELO MUNICÍPIO

Jorge Luiz Lange
Diretor-Presidente da COHAPAR

Cleber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal de Inajá

André Vinicius Bueno
Diretor de Obras da COHAPAR

Testemunhas:

1. _____

2. _____



ePROTOCOLO



Documento: **TA1aoConvenion.070.CONV.2022PlanodeTrabalhocorrigido.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Andre Vinicius Bueno** em 10/02/2023 13:19, **Cleber Geraldo da Silva** em 10/02/2023 15:58, **Jorge Luiz Lange** em 10/02/2023 16:07.

Assinatura Avançada realizada por: **Adao Luiz Hofstaetter (XXX.669.579-XX)** em 10/02/2023 13:19 Local: COHAPAR/DECO, **Telmo Samolenko Dias (XXX.099.419-XX)** em 10/02/2023 13:22 Local: COHAPAR/DIOB.

Inserido ao protocolo **19.792.423-3** por: **Leticia Cristina Fonseca da Silva** em: 10/02/2023 12:38.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
2ad7f5c32e72e06ada5e9737fde017eb.